

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE AUTORIA DO SUJEITO-ALUNO: INTERFACES ENTRE OS ESPAÇOS VIRTUAL E ESCOLAR

Shirleide Bezerra da Silva¹

INTRODUÇÃO

O século XX ficou conhecido como um período em que a sociedade passou por grandes transformações. Tais transformações dizem respeito, dentre outras, ao âmbito da comunicação, com o advento das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC)². Esta transformação no âmbito da comunicação teve um grande avanço em meados dos anos 1970, garantindo seu espaço nos anos 1990, com a chegada da internet. Algumas escolas hoje, início do século XXI, por sua vez, não poderiam ficar de fora, e passaram a fazer uso do ambiente virtual como ferramenta pedagógica, inserindo-se na cultura digital, a fim de transformar o cenário de interlocução³ em um cenário que favoreça a produção textual, sobretudo a escrita da escola. Apesar de o uso do *espaço virtual*, sobretudo das redes sociais – no caso desta pesquisa, o Facebook – ser uma prática recente dos professores, sendo utilizada apenas por alguns, e não pela maioria, ele se mostra como uma ferramenta de muita relevância para a investigação do processo de autoria do sujeito-aluno, já que este faz uso da rede social para exercer a função de autor quando instigado pelo professor em sala de aula. Assim, a referida rede social, situada no *espaço virtual*⁴, utilizada por professores e alunos para atividades em sala de aula, vem marcando a relação dos envolvidos na/pela escrita.

¹ Mestranda em Letras na UFPE. Professora de Língua Portuguesa das redes pública e privada de ensino.

² Usaremos o termo **NTIC** para fazer referência às Tecnologias de Informação e Comunicação desenvolvidas a partir do ano de 1970 e, principalmente, nos anos 1990.

³ Entendemos a expressão “cenário de interlocução” como o conjunto de recursos visuais que constitui o espaço onde ocorre a troca de diálogos estabelecidos entre sujeitos, dentro de uma determinada formação discursiva.

⁴ Conforme Grigoletto (2011), espaço virtual “é o lugar onde se constituem múltiplas materialidades, em que o empírico e o discursivo se entrelaçam”.

REVISÃO DA LITERATURA

PANORÂMICA DO DISCURSO

Quando estudamos a língua, buscamos entender a capacidade da fala humana; quando estudamos a gramática, buscamos compreender o sistema da língua; já, quando estudamos o discurso, procuramos compreender a língua fazendo sentido, simbolizando algo no meio social. Assim, A Análise do Discurso (AD) concebe a linguagem como mediadora essencial entre o homem e sua realidade natural ou social. A AD não trabalha a língua como algo abstrato, mas como língua no mundo, o homem falando, transformando seu dizer, significando. Orlandi (2012) diz que “os discursos não são objetos empíricos, são efeitos de sentidos entre locutores, sendo análise e teoria inseparáveis”. Esse discurso é o que torna real a realidade. O estudo do discurso iniciou na França, no final dos anos 1960, com as revoluções linguísticas em movimentos efervescentes de jovens universitários, em sua maioria comunistas. A grande referência para esses jovens pesquisadores foi Michel Pêcheux, discípulo de Louis Althusser em seus estudos semânticos.

O discurso é uma forma de materialização ideológica, como identificaram os marxistas em outras instâncias sociais. O sujeito é um depósito de ideologia, sem vontade própria, e a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade (GADET & HAK, 1997, p.166).

A ideologia, assim, é materializada na fala do sujeito na forma de discurso. Essa materialidade pode ser apresentada através da língua, que é a especificidade do discurso.

Ferreira (2008, p. 243) afirma que, na França, não se detém mais o quadro teórico constituído por Pêcheux e seu grupo à Análise do Discurso, sendo, hoje, o Brasil a atual morada da Análise do Discurso pecheuxtiana:

Ainda hoje na França, onde o nome de Pêcheux funciona quase como *um grosnom*, um nome feio. Vale dizer, a história da análise do discurso na França, em seu início, foi uma história política de engajamento, que não mais foi retomada pelas análises de discurso vigentes desde então. (FERREIRA, 2008, p.243).

Para Ferreira (2008, p.244), quando se fala em Análise de Discurso na França, pode-se separá-la em dois segmentos: a AD inicial – de 1960 a 1980 – e outra AD, a partir da década de 1980 até agora, que foi se configurando a partir do desaparecimento dos nomes fundadores e de suas motivações. Ainda, para a autora (2008, p. 243):

Isso quer dizer que noções como formação discursiva, formações ideológicas, interdiscurso, pré-construído, discurso transversal, memória discursiva se perderam na poeira do tempo e raramente são empregadas nas análises em curso. Se quisermos ver tais noções em funcionamento e produtivamente empregadas na análise de distintas materialidades discursivas, há que se ficar no Brasil, que continua sendo considerado (aqui e lá fora) como o lugar mais representativo dessa linha pecheuxtiana.

Como podemos observar nesta citação, as noções discutidas na AD Francesa de fundação pecheuxtiana arrefeceram na França, sendo utilizadas muito fortemente, hoje, no Brasil, o lugar mais representativo dessa linha de pesquisa.

A partir da Análise do Discurso, podemos discutir acerca de algumas noções que são constituintes desta disciplina. Iniciaremos a nossa discussão comentando brevemente sobre as Condições de Produção (CP). Este conceito diz respeito ao sujeito, à situação em que ele se encontra, ao contexto imediato de fala e ao contexto sócio-histórico. Devemos levar em conta a abordagem tradicional dos elementos da comunicação, como elemento de ilustração, para se compreender esta noção. Outra reflexão que é importante comentar aqui é a de interação/interlocução, por se tratar também de um conceito a ser trabalhado neste artigo. Começaremos por dizer que Grigoletto (2011), destaca que há uma heterogeneidade de sentidos acerca do termo “interação”, e que, em sua pesquisa nos AVAs, foi verificado que essa heterogeneidade nem sempre é considerada. O que acontece é o contrário, há uma tentativa de homogeneização que resulta numa certa banalização deste termo. Deslocando essa discussão para a Análise do Discurso, considerando o funcionamento dos AVAs, a autora entende “a interação como o movimento do homem com a máquina e a interlocução como o movimento dos/entre os sujeitos” (GRIGOLETTO, 2011, p.60).

O SUJEITO DA ANÁLISE DE DISCURSO E A FUNÇÃO-AUTOR

Quando falamos em sujeito na AD, temos uma diferença em relação a outras linhas teóricas. Começaremos por dizer que o sujeito não é um ser de carne e osso, um ser empírico, que tem vontades próprias, que não tem história ou ideologia. Conforme essa teoria, não há uma visão limitada, isolada de sujeito, cuja identidade é única; ao contrário, a identidade está sempre em construção, não se tratando de um processo acabado. Temos um sujeito interpelado pela ideologia. Para compreender o sujeito do qual trata a AD, devemos levar em consideração a noção de forma-sujeito. Para Pêcheux (2009), o sujeito é constituído por dois tipos de esquecimentos, a saber, o esquecimento nº 1 e o nº 2. O esquecimento nº 1 é dado pela “[...] ilusão necessária de uma ‘intersubjetividade falante’ pela qual cada um sabe de antemão o que o ‘outro’ vai pensar e dizer..., e com razão, já que, como dizíamos [...] cada um é o espelho dos outros. (PÊCHEUX, 2009, p. 161)”. Esta formulação o próprio autor chama de *Efeito Münchhausen*, que funciona, pois, como uma ilusão de que o sujeito se constitui por ele mesmo; quando na verdade é constituído pelo outro. Quando Pêcheux (2009, p. 161) fala em esquecimento nº 2 diz que o sujeito faz uma seleção de um enunciado, forma ou sequência, “no interior da formação discursiva que o domina”. Assim, ele faz referência à ilusão que o sujeito tem de ser o dono do seu próprio dizer, como se a única forma que ele tem de dizer algo fosse a que ele diz. Ainda, segundo Pêcheux (2009), não podemos pensar o sujeito como origem de si, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pelo simbólico e pela ideologia. O resultado dessa interpelação é uma forma-sujeito histórica, que ocorre quando o sujeito se identifica com a formação discursiva que o domina. Para Orlandi (1999, p. 50), “A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual é uma representação de contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Tem liberdade de tudo dizer, mas para isso, tem que se submeter à língua. O que é chamado de assujeitamento”. Na AD, o sujeito é o resultado da interpelação do indivíduo pela ideologia, que “recobre não uma forma de subjetividade, mas um lugar, uma posição discursiva”, enquanto a noção de autor “é já uma função da noção de sujeito, responsável pela organização do sentido do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito” (ORLANDI, 2012, p. 68-69).

Conforme afirma Orlandi, há uma função exercida pela forma-sujeito que está na base de todo discurso, e que o converte em autor. Assim, diz a autora

(...) a função-autor, para nós, não se limita, como em Foucault, a um quadro restrito e privilegiado de produtores “originais” de linguagem (que se definiriam em relação a uma obra). Para nós, a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim (ORLANDI, 2012, p. 69).

Diferencia-se, então, na AD, sujeito e autor, assim como também diferencia-se o texto de discurso.

Segundo Foucault (2012, p. 44-46), o princípio da autoria é um dos métodos de controle interno do discurso. Assim sendo, ele não entende o autor como alguém que escreveu o texto, mas como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de significações, como foco de sua coerência.

Dentro dessa discussão acerca da autoria e discurso, Gallo (1992), na sua obra “Discurso da escrita e ensino”, traz uma reflexão sobre o discurso da escrita e da oralidade. A autora diz “que a assunção da autoria se dá quando o sujeito se constitui na formação discursiva dominante de um discurso legitimado (hoje, institucional)”. Para a autora, o discurso da oralidade é aquele no qual a produção linguística do estudante está inscrita quando entra na Escola, já o discurso da escrita é aquele que a escola faz parecer legítimo, quando produzido segundo as normas de “correção” e “clareza”, o que se configura, segundo Gallo, como uma grande ilusão, pois ele só é legítimo dentro dos portões da escola. O sujeito é constituído autor quando inserido em um discurso legitimado (institucionalizado) e busca construir um efeito de sentido único, desambiguizado e “coerente”.

Desviando a discussão acerca da função-autor para a escrita na *web*, sobretudo na rede social Facebook, a que se propôs esta pesquisa, pactuamos com Ferreira (2013, p.73) quando diz que “Ao agregar diferentes dispositivos de postagem, a web produz diferentes materialidades discursivas, promovendo outras formas de se constituir autor [...], sendo outros os rituais de legitimação da escrita.” Para Grigoletto (2014, p. 72), na rede social Facebook “a escrita se legitima por meio de ações como publicar postagem, ou compartilhar imagens, texto, etc.” Para a

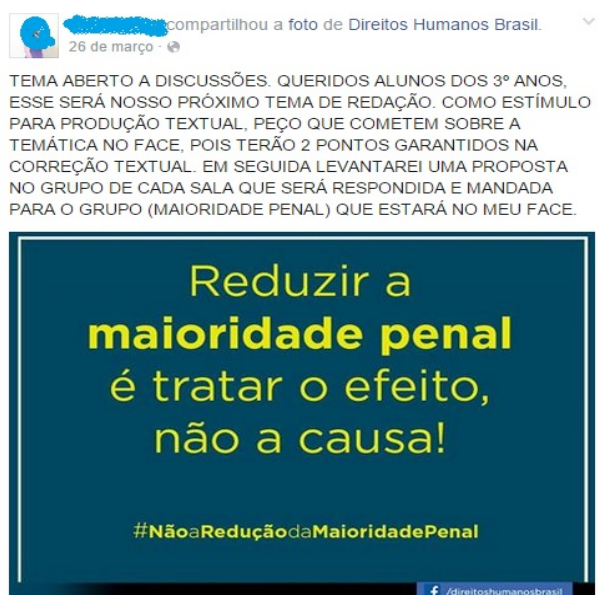
autora, o efeito de unidade que se produz nos enunciados compartilhados no Facebook é instantâneo, podendo durar apenas alguns minutos, sendo esta ação da ordem do individual (GRIGOLETTO, 2014, p. 73). Ainda para esta autora,

o modo de se constituir autor na rede está mais relacionado à legitimação do que à responsabilização pelo dizer, uma vez que muitos dos enunciados compartilhados no Facebook, não são assinados. A assinatura/responsabilização se dá pelo efeito compartilhar.

Assim, corroborando Grigoletto, quando o sujeito compartilha uma imagem, enunciado, vídeo etc., ele está assumindo a função de autor pela identificação com o sentido do que foi compartilhado. Logo, em nossas análises, buscaremos verificar se, diante dos diversos modos que o sujeito tem de se constituir autor, o sujeito-aluno está se constituindo autor do seu texto.

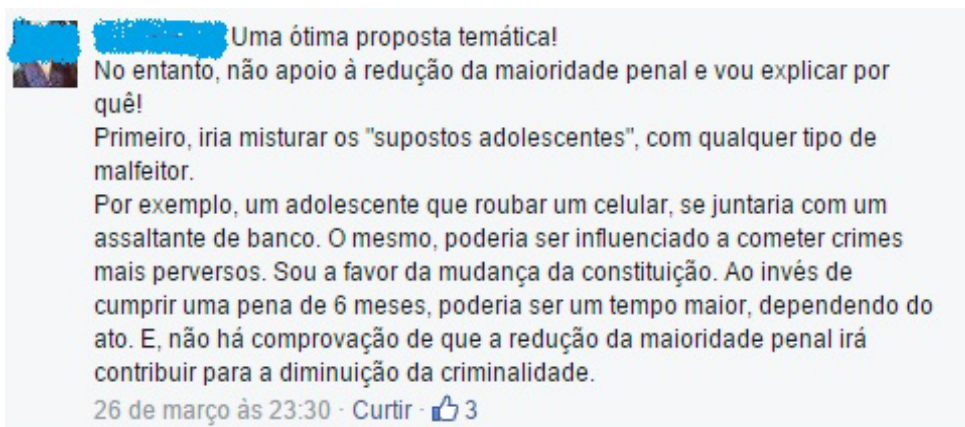
ANÁLISES

Para as análises dessa pesquisa, escolhemos um grupo fechado no Facebook, o qual é usado para debates entre os alunos do 3º ano do ensino médio e sua professora (administradora do grupo) de língua portuguesa numa Escola de Referência do Ensino Médio na Região Metropolitana do Recife. A escolha desse grupo se justifica pelo fato de ser um espaço virtual usado para fim pedagógico, embora seja um espaço em que se tem a ilusão de tudo poder se dizer.



SD 1

Diante de um cenário político exaustivo e polêmico, em que o assunto que tomou conta das mídias no Brasil foi a proposta da redução da maioria penal, é previsível que discursos divergentes possam circular num ambiente escolar, o qual se constitui em um espaço de debates. Entretanto, sabendo que a maioria de seus participantes são categorizados socialmente como “menores”, o discurso oficial da educadora se identifica com o discurso predominante da instituição escolar: contrário à redução da maioria penal. Faz-se necessário citar que a professora fez uso do sistema tradicional de ensino para motivar os alunos a interagirem com a aplicação de uma pontuação. A partir do comentário junto ao cartaz, podemos verificar um posicionamento que traz indícios de um argumento autoritário, quando a professora induz os alunos a se posicionarem para lhes atribuir dois pontos na nota se assim o fizerem. Os alunos já começam a expressar uma posição relacionando a situação causa-efeito da redução da maioria penal. Isso pode nos indicar uma tendência de assumir a discussão de uma maneira mais direta e sem comentários mais extensos. Pelo fato da professora provocar a discussão com um cartaz que diz “Reduzir a **maioridade penal** é tratar o efeito, não a causa!”, o conteúdo da postagem aponta para um posicionamento que, inconscientemente, é contra a redução, e como o professor de certa forma reproduz opinião, o aluno é interpelado a reproduzir essa ideologia. A construção da página inicial (**#NãoaReduçãodaMaioridadePenal**) evidencia o que afirmamos.



SD 2

Nesta sequência, fica nítido que a aluna busca produzir, como diz Gallo (1992, p.60) “textos modelares e corretos do ponto de vista da Norma”, embora possamos notar alguns desvios de escrita da norma padrão. Esta produção é legitimada pela instituição escolar por se tratar de uma redação escolar, embora esteja materializada no ambiente virtual, onde poderia ter a possibilidade de circular socialmente, atingir o máximo de sujeitos internautas e produzir novos sentidos, não se restringindo apenas a um grupo fechado da turma, replicando um modelo de turma tradicional. Isso também nos mostra que a ideologia da Instituição escola é dominante por conseguir ressignificar suas características constitutivas em diferentes materialidades.

Levando em consideração as condições de produção na qual foram produzidos os textos, temos a influência da escrita de cada colega, como também o compartilhamento de imagens, o que serve de elemento motivador na construção de argumentos para a “costura” do texto. Ao se posicionar contra a redução, temos no discurso da aluna um caso de contradição, o que pode nos indicar que este sujeito, na verdade, é a favor, e que expõe esse argumento para não contrariar a opinião da professora, mas que, inconscientemente, a posição que ela mais se identifica escapa do seu domínio.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Os desafios de fazer avançar a análise do discurso no Brasil com singularidade e liberdade. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*. V.4 – n.2 – 241-249. Jul/dez – 2008. Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rd/article/download/695/453

FERREIRA, L. L. *Vozes indígenas na rede digital: discurso e autoria em blogs*. Tese doutorado. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. 213 p.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Ed. 8. Lisboa: Nova Vega, 2012.

GALLO, Solange Leda. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

GRIGOLETTO, Evandra. O discurso nos ambientes virtuais de aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F.S.; SCHONS, C.R.

(Orgs.) *Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço*. Recife: Editora da UFPE, 2011, p. 47 – 78.

_____. Curtiu? Reflexões sobre a autoria em enunciados compartilhados no *Facebook*. In: MACHADO, Ida Lúcia.;SANTOS, João Bôsko Cabral dos; JESUS, Sérgio Nunes de. (Orgs). *Autoria: nas malhas da heterogeneidade enunciativa*. Curitiba, PR: CRV, 2014. p. 67 – 80.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al.- 4ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.